

População pede intervenção urgente do Governo no Pinhal de Leiria

15 de Dezembro, 2017

A Comissão Popular “O Pinhal é Nosso” pediu ao Governo um plano de ação de emergência no Pinhal de Leiria, Marinha Grande, para evitar a contaminação da água e solos com as cinzas dos incêndios de outubro. “Não podemos aceitar que, dois meses após o incêndio, ainda não tenham ocorrido quaisquer medidas de proteção do solo e das águas. Apelamos ao senhor ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos, que tomem as medidas necessárias para reforçar os meios de intervenção na Mata Nacional de Leiria”, disse à agência Lusa o porta-voz da comissão popular, Ricardo Vicente.

Segundo Ricardo Vicente, na sequência da reunião que esta comissão realizou com o secretário de Estado, com o presidente do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas e com a presidente da Câmara da Marinha Grande, “foi decidido avançar com um plano de ação de emergência na zona ardida do Pinhal de Leiria”. Esse plano, segundo referiu à Lusa, nunca chegou a ser concretizado. O porta-voz adiantou que a comissão realizou um dossiê técnico, que foi encaminhado para o ICNF e Município da Marinha Grande. “Disponibilizámo-nos desde logo a mobilizar a população para participar voluntariamente em ações de urgência para estabilização dos solos e fixação das cinzas”.

Ricardo Vicente alertou que este é um trabalho que “deve ser feito antes de começarem as chuvas”. “Temos aqui uma pequena janela de oportunidade. Já se deveria ter começado esta fase. Há um elevado risco de erosão e arrastamento das cinzas para as linhas de água”, reforçou.

Na terça-feira, a Comissão Popular reuniu com representantes do ICNF, que lhes transmitiram a “falta de recursos técnicos e operacionais”, apresentando-lhes um dossiê técnico com uma intervenção no Ribeiro de S. Pedro. “Percebemos que o ICNF não tem meios e nós precisamos de pessoas especializadas para a intervenção. Não podemos fazê-lo só com voluntários”, afirmou Ricardo Vicente.

Na carta, a comissão avisa a tutela de que “o arrastamento das cinzas, a erosão do solo e a contaminação de recursos hídricos será uma pesada fatura que toda a população da região pagará durante o inverno, se nada for feito”. “Está nas suas mãos evitar esta calamidade e dar o primeiro passo para a reconstrução”, alertam, dirigindo-se ao ministro Capoulas Santos, referindo que “será o principal responsável”, pela “destruição dos recursos da Mata Nacional”. A comissão lamenta ainda que a autarquia não tenha realizado “qualquer diligência no sentido de agilizar os necessários trabalhos de campo, mobilizando recursos, apesar de se ter comprometido”.

**Foto de Lusa*